

O papel dos estados nacionais na época contemporânea¹

Tatiana Khabarova

Fevereiro de 1996

No âmbito do tema da presente conferência, gostaria de abordar a questão do papel dos estados nacionais na época contemporânea. A independência e a soberania nacional de um povo devem ter uma incarnação material, uma determinada garantia material da sua existência; e a sua incarnação material é constituída pelo Estado.

A ideia de estados nacionais pujantes tem sido sistematicamente sujeita a obstinados ataques ao longo do século XX. Por um lado, os processos de internacionalização das forças produtivas, através do desenvolvimento do mercado mundial, logo desde a I Guerra Mundial, impelem para a ideia do rompimento, do esbatimento das fronteiras nacionais-estatais, como sendo alegadamente obstaculizadoras do progresso científico-técnico e da organização da produção. Por outro lado, uma parte do movimento comunista também relacionou o futuro do socialismo e do comunismo com a ideia da extinção e mesmo da eliminação revolucionária dos estados nacionais, enquanto obstáculos à revolução mundial e ao estabelecimento da sociedade comunista planetária.

Ambas estas tendências tiveram possibilidades para se desenvolver em menor ou maior grau ao longo do século XX.

Falemos primeiro sobre o processo de internacionalização das forças produtivas no quadro da chamada economia de mercado. O propulsor da economia de mercado é a obtenção de lucro, sob a forma de dinheiro, através do preço da mercadoria realizada. A mercadoria, no essencial, é vendida apenas ao consumidor que pode pagar esse lucro incluído no preço. A existência de um número maior ou menor de consumidores potenciais, que necessitam da mercadoria mas não tem possibilidade de pagar o preço exigido, não é contraditória com os princípios da economia de mercado.

O produtor mercantil mais depressa destrói produtos alimentares, à vista de pessoas que morrem de fome, do que os vende por um preço que não lhe garanta o lucro.

¹ Intervenção no Seminário Internacional da Ideologia Juche sobre questões da independência, paz e amizade, Moscovo, 2-5 de Fevereiro de 1996 [O *juche*, também conhecido como marxismo-leninismo-kimilsunismo, é a ideologia oficial de Estado do Partido dos Trabalhadores da Coreia do Norte. (N. Ed.)]

Neste sistema, a situação de maior tensão é a dos trabalhadores, cuja mercadoria de «troca» com que se apresentam no mercado é a sua própria força de trabalho. A força de trabalho, a par de diferentes tipos de matérias-primas, é o mais importante recurso produtivo, e o produtor mercantil ou procura diminuir ao máximo o seu preço ou, caso necessite de pagar bem a força de trabalho devido à sua alta qualificação, procura diminuir ao extremo a quantidade que utiliza.

Em resumo, a economia de mercado, no plano mais amplo da civilização humana, é um sistema que, por princípio, não se eleva ao reconhecimento da personalidade humana enquanto tal, da sua subjectividade, auto-suficiência e fim em si mesma, não cria as condições sociais, produtivas ou políticas para a revelação dessa subjectividade do indivíduo humano como fim em si mesmo, não garante os direitos civis fundamentais do indivíduo à realização da auto-suficiência da sua personalidade. Em resultado, o sistema de economia de mercado (e o sistema de democracia parlamentar que nele baseado) avalia e separa a massa da população unicamente segundo um indício grosseiramente utilitário e totalmente obsoleto do ponto de vista civilizacional: os **capazes** de servir de recurso produtivo, os **incapazes** para essa finalidade e aqueles que conseguem organizar a utilização dos seus conterrâneos como recurso produtivo.

Esta linha «fatal», inerente a qualquer sistema de mercado, divide as pessoas em cidadãos, no sentido próprio da palavra, e num certo tipo de refugio humano, sendo que tal é feito, como já foi dito, segundo o indício extremamente primitivo, linear e há muito historicamente obsoleto, do utilitarismo industrialista.

Com a internacionalização das forças produtivas, na base da economia de mercado, a referida «linha separadora», se assim a designarmos, naturalmente, não desaparece, mas desloca-se geograficamente da metrópole para a periferia, para países menos desenvolvidos e com baixos níveis de desenvolvimento. Ora, se um país pouco desenvolvido se integra com excessiva confiança num processo económico internacional construído desta maneira, arrisca-se a ficar completamente arredado da «linha de separação», ou seja, transforma-se em fornecedor de matérias-primas baratas para a metrópole florescente e numa zona de calamidade social para a maior parte da sua população. Por isso o pensamento comunista genuíno contemporâneo não considera, em geral, a internacionalização dos laços económicos de mercado a nível mundial como um processo progressista. É um processo que levará a um impasse civilizacional, e caso prossiga livremente, pode revelar-se (e inevitavelmente revelar-se-á) fatal para uma parte importante das regiões do globo terrestre. A contradição antagónica contida no modelo de mercado não poderá ser resolvida através da sua internacionalização, mas através da transição da economia de mercado para a economia não de mercado, que é designada com frequência economia planificada. Esta designação, em rigor, está longe de reflectir a essência civilizacional do sistema económico não baseado no mercado.

Mas enquanto a economia não assente no mercado estiver num processo de formação, os países menos desenvolvidos não deverão de modo algum ceder à demagogia de uma rápida e incondicional integração na economia mundial baseada no mercado, muito menos na variante em que, de forma directa ou mesmo indirecta, a sua soberania seja afectada e limitadas importantes prerrogativas do Estado. Pelo contrário, estes países devem resistir às pressões nesse sentido, reforçando e desenvolvendo por todos os meios o seu Estado nacional, segundo o princípio «**o povo é dono do seu país**». O lançamento e a consolidação na prática deste princípio na

segunda metade do nosso século constituem um enorme serviço prestado a toda a humanidade pela República Democrática Popular da Coreia e pelos seus dirigentes revolucionários, os camaradas Kim Il-sung e Kim Jong-il.

A dimensão da catástrofe que resultaria de cedências a tais perigosas pressões, para um Estado que já começou a construir a economia pós-mercado, pode ser avaliada através do exemplo da URSS, que, tendo seguido esse nefasto caminho, em poucos anos perdeu a sua soberania e a integridade territorial, perdeu a sua independência económica, passando do estatuto de uma sólida superpotência mundial para a situação de um conglomerado de países pouco desenvolvidos.

Analisemos agora a ideia (que tem origem no fundamental em gente que se considera comunista) de que, alegadamente, a internacionalização da economia mundial internacionaliza ao mesmo tempo o processo revolucionário mundial, e desse modo contribui objectivamente para o alcance do fim último dos comunistas: a revolução mundial comunista. Segundo este ponto de vista nem sequer se deve lamentar particularmente a decomposição da URSS, uma vez que, supostamente, o marxismo preconiza a eliminação dos limites nacionais-estatais.

Todavia, esse mesmo marxismo indica que qualquer revolução a sério deve ser, antes de mais, alicerçada economicamente. Por isso aqui tudo depende da resposta à seguinte questão: em que consiste a diferença fundamental entre a economia de mercado e a economia pós-mercado?

No período entre os anos 30 e os anos 50, a URSS deu passos significativos, pela primeira vez, na via da criação de uma economia não assente no mercado. (Posteriormente o sistema económico do país foi substancialmente alterado, e continuou a «*re-formar-se*» de modo praticamente incessante até à catástrofe da «*perestroika*»).

Se para o modelo de mercado o critério de eficiência é a magnitude do lucro sobre o capital investido, na sua expressão monetária, na produção social pós-mercado o critério de eficiência é o aumento do volume por habitante de bens básicos de consumo, naturais, materiais e culturais. Bens básicos de consumo, ou seja, não se trata de um aumento «*médio*», mas realmente de um aumento por cada membro da sociedade. O aumento sistemático do consumo *per capita* da população de bens essenciais, assim como o constante alargamento e renovação desse conjunto de bens obtêm-se de duas formas: através da diminuição regular dos preços daquelas mercadorias que continuam a ser mercadorias e da passagem de parte dos bens para a categoria de bens de consumo gratuito, isto é, através de canais sociais.

Na economia socialista, de que estamos a agora a falar, por princípio não existe a «*linha de separação*», atrás da qual está a casta dos párias. Um país com uma economia não baseada no mercado não precisa de invadir fronteiras e violar a soberania alheia para lançar para fora do próprio território os seus problemas internos. A tendência expansionista, centrífuga de certo modo, no desenvolvimento da economia nacional dá lugar a uma vincada tendência centrípeta. A economia do país encerra-se num complexo económico nacional unificado. O sujeito de tal forma de economia só pode ser o Estado nacional.

É habitual contrapor-se a economia socialista à capitalista (ou de mercado) no quadro da dicotomia «*mercado-plano*». Esta contraposição não tem praticamente qualquer utilidade para a compreensão da natureza de nenhum dos sistemas em comparação. Da mesma forma que o capitalismo não pode prescindir da planificação, também no socialismo existe uma ampla esfera de acção das relações monetário-mercantis (isto é o «*mercado*»). A verdadeira separação de águas entre estes dois sistemas

não passa por aqui, mas reside no reconhecimento ou do valor meramente **utilitário** «*como recurso*» ou, por outro lado, do valor **não utilitário, intrínseco** da personalidade humana.

De algum modo esquecemo-nos de que todos os grandes avanços interformacionais, no próprio carácter e qualidade do desenvolvimento económico mundial, tiveram sempre um enorme conteúdo moral-humanitário. Isto diz respeito à transição irreversível, em curso na nossa época, do sistema do trabalho assalariado para um sistema onde a aptidão da pessoa para o trabalho e de seguida a sua capacidade criativa deixam de ser uma mercadoria, isto é, deixam de ter uma definição material-objectiva e tornam-se numa definição subjectiva, isto é, num **direito**.

Deste modo, no sistema de produção pós-mercado, a população, como massa de agentes económicos, não se divide mais em detentores e não detentores de uma **mercadoria**, seja esta mercadoria capital ou força de trabalho; o indivíduo é valorizado, tem garantias, protecção e estímulos do Estado como portador das **suas próprias qualidades pessoais**, a sua aptidão para o trabalho produtivo útil à sociedade e para a criação.

É precisamente isto que explica a «*penetração*» massiva do Estado na economia socialista: a característica económica determinante do cidadão, a sua aptidão para o trabalho, torna-se também a sua principal característica como personalidade jurídica, ou se quisermos na sua característica de Estado. O papel do Estado socialista como detentor dos principais meios de produção é, na sua essência, secundário, em relação ao seu papel de garante do **direito ao trabalho**, e futuramente do direito de cada pessoa, que decorre naturalmente daqui, à realização livre e protegida pela sociedade da sua vocação, do seu dever cívico, e deste modo da sua originalidade individual.

A chamada desestatização, a «*luta*» contra o Estado nacional sob diferentes pretextos, nomeadamente a partir de posições separatistas, as teorias de que a democracia, alegadamente, consiste na dissociação máxima entre a vida privada do indivíduo e a esfera dos interesses do Estado, tudo isto é a mitologia mais nefasta e reacionária do nosso tempo, quer na sua variante liberal-mercantilista, quer na pseudocomunista. A humanidade do futuro fundir-se-á indubitavelmente numa só família. Mas o caminho que levará a isso não passa pela erosão e muito menos pela tentativa de eliminação coerciva da organização dos povos em estados nacionais, historicamente formados. A futura família de toda a humanidade é uma comunidade de iguais e não um domínio feudal com senhores, servos e lacaios. Os direitos humanos são uma expressão da essência social do homem, e o indivíduo apenas desfruta deles por força da sua pertença a um povo, capaz de criar uma forma de protecção e realização dos direitos; esta forma, no seu desenvolvimento histórico, é, em última análise, o Estado. Estamos solidários com os nossos colegas da RDPC, concordamos com a formulação do *juche* de que o Estado nacional ainda terá uma longa vida histórica e que o progresso da humanidade, o seu avanço para uma autêntica unidade planetária se realizam e continuarão a realizar-se não através da eliminação e rejeição desta forma de auto-organização humana, mas através da revelação de todo o seu enorme potencial estruturador, protector e humanitário.